

**OUTROS MODOS DE DIZER O PRESENTE: O DISCURSO JORNALÍSTICO
ALTERNATIVO DIGITAL E A DISPUTA PELOS SENTIDOS DA
ATUALIDADE**

OTHER WAYS OF SPEAKING THE PRESENT: DIGITAL ALTERNATIVE
JOURNALISM AND THE STRUGGLE OVER THE MEANINGS OF THE PRESENT

Alexandre Sebastião Ferrari Soares¹

Universidade Estadual do oeste do Paraná

Resumo: Este artigo analisa o funcionamento discursivo do jornalismo alternativo digital a partir de enunciados extraídos da aba *Seja nossa fonte*, do site do *Intercept Brasil*. Com base na perspectiva da Análise do Discurso materialista, discute-se como esse discurso tensiona o lugar hegemônico do jornalismo tradicional ao reinscrever memórias silenciadas, interpelar sujeitos historicamente desautorizados e instituir outros modos de visibilidade. As sequências discursivas analisadas não apenas dizem da prática jornalística, mas também produzem deslocamentos na maneira como o presente é significado, recusando os efeitos de evidência e transparência próprios da linguagem jornalística dominante. O artigo propõe, assim, uma reflexão sobre os modos de constituição do presente como campo de disputas simbólicas.

Palavras-chave: Jornalismo alternativo digital; Intercept Brasil; Sentidos do presente.

Abstract: This article analyzes the discursive functioning of digital alternative journalism based on statements extracted from the *Be Our Source* section of *Intercept Brasil's* website. Grounded in the framework of materialist Discourse Analysis, it examines how this discourse challenges the hegemonic position of traditional journalism by reinscribing silenced memories, interpellating historically disauthorized subjects, and instituting other modes of visibility. The analyzed discursive sequences not only speak of journalistic practice, but also produce shifts in the way the present is signified, rejecting the effects of evidence and transparency typical of dominant journalistic language. The article thus proposes a reflection on the constitution of the present as a field of symbolic disputes.

Keywords: Digital alternative journalism; Intercept Brasil's; Meanings of the present.

¹ Possui Graduação (Licenciatura e Bacharelado) em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1989), Mestrado em Letras pela Universidade Federal do Paraná (1999), Doutorado em Letras pela Universidade Federal Fluminense (2006) e Pós-Doutorado pela Universidade de Coimbra (2014). Atualmente é Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso de Orientação Francesa, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso jornalístico, mídias alternativas e sexualidades. Bolsista de produtividade PQ2. (<https://orcid.org/0000-0003-0922-2905>). Email: asferraris1901@gmail.com

Texto de autor convidado.**Introdução**

O jornalismo alternativo digital emerge como uma prática discursiva que tensiona o monopólio da enunciação historicamente consolidado pelos grandes grupos de mídia, os quais, sob a aparência de neutralidade e objetividade, ocupam lugares de autoridade na administração dos sentidos sobre o que é público, relevante e verdadeiro. No contexto contemporâneo, marcado pela intensificação da circulação informacional nas redes digitais e pela fragmentação dos modos de produção e acesso ao discurso, é preciso interrogar de que modo esse outro jornalismo se inscreve nas disputas por visibilidade e reconhecimento. Como ele se posiciona diante da transparência postulada pela linguagem jornalística tradicional, que naturaliza os efeitos ideológicos sob a forma do mero relato dos fatos? Em que medida o discurso alternativo digital reinscreve memórias silenciadas, desloca filiações discursivas e ativa zonas de resistência ao dizer hegemônico? Que modos de interpelação põe em funcionamento ao se dirigir a sujeitos historicamente apagados ou desautorizados a falar? E que efeitos de sentido se produzem quando ocupa lugares de enunciação que recusam a universalidade simulada do discurso dominante, convocando seus leitores por uma lógica de engajamento, pertencimento e conflito?

1. A centralidade do discurso jornalístico na produção de sentidos sobre o presente

O discurso jornalístico ocupa, historicamente, uma posição de destaque na administração dos sentidos sobre o presente. Essa centralidade não é neutra nem natural: ela é construída e sustentada por um conjunto de condições de produção que autorizam o jornalismo a dizer o que é atual e relevante. Ao se apresentar como relato fiel dos fatos, esse discurso organiza uma forma particular de narrar o tempo, estabelecendo cortes e continuidades, escolhendo o que será nomeado como notícia e, assim, o que passará a integrar a memória coletiva como presente compartilhado.

Mariani (1988) nos diz que o discurso jornalístico ocupa um lugar significativo na produção e circulação de consensos de sentido na formação social brasileira. Ao colocar em circulação o que ainda não foi simbolizado — o que escapa à memória —, ou o que já se inscreve como possível ou previsível, por sua semelhança com formulações anteriores, o jornalismo articula modos de filiação e continuidade discursiva. Com isso, o que se diz como presente não se organiza apenas em relação à memória do passado,

mas também em relação às projeções de sentido que se encaminham para o porvir. Nesse funcionamento, o discurso jornalístico:

Contribui para a constituição do **imaginário social** e a **cristalização da memória do passado**, bem como para a construção da **memória do futuro** (Mariani (1998, p. 61, negritos meus).

A formulação de Mariani (1998) indica que o discurso jornalístico participa ativamente da constituição do imaginário social não apenas ao recuperar sentidos já estabilizados, mas também ao projetar possibilidades de interpretação que ainda não se realizaram, o que ela denomina de construção da memória do futuro. Essa dinâmica coloca o jornalismo como prática discursiva atravessada por uma temporalidade complexa: ele não apenas remete ao passado como referência interpretativa, mas antecipa cenários, organiza expectativas e orienta modos de ver e dizer o que ainda está por vir. Assim, o discurso jornalístico não opera apenas no plano da informação, mas no da produção simbólica, sustentando modos de filiação e atualização de sentidos que atravessam o presente e se estendem para além dele.

É nesse funcionamento que o discurso jornalístico atua como uma instância de regulação do visível e do dizível. Ele define asnotícias que merecem circular, os sujeitos que podem aparecer como fonte legítima e os modos de nomear os conflitos e demandas sociais. Através de sua materialidade linguística, o jornalismo não apenas informa, mas interpreta, hierarquiza e institui sentidos que serão reconhecidos socialmente como legítimos. O presente, nesse jogo, é construído discursivamente como aquilo que é dito — e o que é dito está sempre atravessado por filiações ideológicas.

Assim, ao enunciar o agora, o discurso jornalístico não apenas narra o que acontece, mas produz efeitos de sentido sobre o que/e como se deve compreender a realidade. Ao ocupar esse lugar de enunciação autorizado, o jornalismo impõe uma memória que se faz presente e uma atualidade que se pretende unívoca. Analisar essa centralidade é, portanto, interrogar as formas pelas quais o presente é discursivamente administrado e disputado.

O discurso jornalístico ocupa, historicamente, uma posição privilegiada na produção dos sentidos. Esse privilégio é discursivo e se estabelece a partir de uma posição que confere ao jornalismo o lugar de mediador entre o mundo e o público. A partir dessa posição, ele reivindica a autoridade de dizer o que importa, o que deve ser conhecido e o que é atual. Essa autoridade é construída por práticas que naturalizam os critérios de

seleção, de modo que os fatos que ganham visibilidade como notícia são tomados como importantes por si mesmos.

Essa autoridade sustenta-se sobre um funcionamento que produz o efeito de evidência. Ao anunciar aquilo que se apresenta como urgente, inédito ou impactante, o jornalismo afirma sua capacidade de organizar o presente como se apenas relatasse o que se impõe por sua própria força. No entanto, o que é nomeado como digno de atenção resulta de operações discursivas atravessadas por valores, disputas e filiações ideológicas. A imprensa não apenas informa o que acontece: ele organiza o sensível, administra a visibilidade e institui os sentidos que passam a compor o que é reconhecido.

Ao exercer essa função, o jornalismo estabelece não só o que pode ser dito, mas também como se deve compreender aquilo que é dito. Sua autoridade sobre o presente se traduz em autoridade sobre o sentido, na medida em que nomear implica atribuir lugares, relações e importâncias. Desse modo, ao selecionar os enunciados que circulam como atualidade, o discurso jornalístico também impõe silêncios, determina ausências e estabelece hierarquias de reconhecimento. A autoridade para dizer o presente, nesse funcionamento, torna-se uma forma eficaz de regulação simbólica e política dos sentidos em circulação.

Mariani (1998) observa que o discurso jornalístico compartilha com o discurso pedagógico — em sua forma mais autoritária — um funcionamento que apaga a dimensão interpretativa ao fazer parecer que apenas apresenta os fatos, como se estes falassem por si. Nesse gesto, constrói-se a ilusão de que o jornalismo se limita a relatar com distanciamento uma realidade objetiva, apagando a enunciação sob a aparência de uma mediação literal. Como afirma a autora, o discurso jornalístico

Mascara-se um apagamento da interpretação em nome de fatos que falam por si. Trata-se de imprimir a imagem de **uma atividade enunciativa que apenas mediatizaria** — ou falaria sobre — da forma mais literal possível um mundo objetivo. (Mariani, 1998, p. 62, negritos meus).

Esse funcionamento didático não rompe com a informatividade, mas antes reforça o efeito de explicação do mundo, sustentando o que Mariani chama de *ilusão de objetividade jornalística* (1998, p. 62). Em textos posteriores, a autora desenvolve esse movimento como responsável pela produção de um efeito ilusório de transmissão neutra, no qual o jornal passa a ser percebido como mero reproduzidor de dados objetivos, resultando em *vários efeitos constitutivos dos sentidos veiculados como informações*

jornalísticas: objetividade, neutralidade, imparcialidade e veracidade (Mariani, 2006, p. 33-34).

2. Sobre o discurso jornalístico alternativo e digital

O discurso jornalístico alternativo e digital, tal como o compreendo neste trabalho, não se define apenas por sua circulação fora dos grandes conglomerados de mídia, mas por seu funcionamento discursivo que tensiona o regime hegemônico de produção dos sentidos sobre o presente. Sua alternância em relação ao discurso jornalístico tradicional não está no formato ou no suporte, mas na maneira como se produz como dizer atravessado por outras memórias, outras filiações ideológicas e por um modo de interpelação que rompe, como efeitos de sentidos, com a lógica da neutralidade e da transparência. Nesse funcionamento, o que o torna alternativo é o lugar que ocupa — ou melhor, o deslocamento que produz — na ordem do dizível.

Chamo de alternativo, portanto, o discurso jornalístico que se constitui como contraponto simbólico à regularidade dominante, e que se organiza a partir da ruptura com as formas consagradas de instituir o que é atual, relevante e verdadeiro. Esse discurso opera contra os silenciamentos sistemáticos impostos pelas estruturas de poder, reinscreve vozes interditadas e convoca sujeitos historicamente desautorizados a falar. Não apenas tematiza aquilo que é excluído dos noticiários hegemônicos, mas propõe outros critérios para tornar algo público, fazendo da visibilidade um campo de conflito e não de mera exposição.

Ao produzir sentidos desde outro lugar — um lugar que não é dado, mas conquistado discursivamente — o jornalismo alternativo e digital atua como forma de resistência, de desestabilização e de reposicionamento simbólico. Sua prática não se reduz à denúncia de fatos, mas constitui modos de dizer que operam contra o apagamento e a homogeneização dos sentidos. Assim, o uso que faço da noção de *alternativo* não é classificatório, mas interpretativo: ele marca um modo de funcionamento do discurso que reformula a própria ideia de atualidade, colocando em cena aquilo que, sob o domínio das mídias hegemônicas, permanece à margem do visível e do audível.

3. O tensionamento do lugar hegemônico do jornalismo tradicional

O lugar ocupado historicamente pelo jornalismo tradicional não é apenas o de informar, mas o de instituir sentidos autorizados sobre o que se torna público, relevante e digno de atenção. Esse lugar hegemônico se consolida também pela repetição de determinadas formas de dizer, pelo apagamento das marcas de enunciação e pela legitimação de critérios que naturalizam o que merece circular como informação. A linguagem jornalística, nesse funcionamento, sustenta-se na transparência como efeito de sentido, o que favorece a crença de que há um modo fora do ideológico de narrar o presente. Assim, o jornalismo tradicional se apresenta como um discurso que apenas transmite dados, quando na verdade opera sob filiações ideológicas que atravessam sua materialidade.

Esse lugar de autoridade tem sido tensionado por práticas discursivas que desestabilizam os modos consagrados de produzir e de validar o que se diz sobre o presente. O jornalismo alternativo, sobretudo em plataformas digitais, se inscreve como uma forma de dizer que confronta o discurso hegemônico ao tornar visíveis outras vozes, outros modos de filiação e de relação com o público. Tais práticas desconstroem a imagem do jornalismo tradicional como instância imparcial e dizem dos silenciamentos que sustentam sua credibilidade. O que está em disputa não é apenas o conteúdo das informações, mas o direito de nomear, de organizar o sensível e de definir o que merece ser reconhecido socialmente.

Ao tensionar esse lugar consolidado, o jornalismo alternativo sustenta e faz circular a posição de que o dizer jornalístico não está fora da ideologia nem da história. Sua existência convoca uma reflexão sobre os mecanismos de exclusão e sobre a seleção dos enunciados que ganham visibilidade. O conflito instaurado por esses discursos alternativos reorganiza o campo do que pode ser dito e ouvido, ao convocar sujeitos historicamente apagados e ao reinscrever memórias recusadas pelo discurso dominante. Nessa disputa, o jornalismo tradicional já não pode sustentar, sem questionamento, sua autoridade discursiva sobre o presente.

4. Delimitação do *corpus* e dos procedimentos analíticos

O *corpus* analítico deste trabalho é composto por sequências discursivas retiradas da aba *Seja nossa fonte*, publicada no site do *Intercept Brasil*. A escolha se deu

por seu caráter autorreflexivo e por condensar uma formulação discursiva em que o próprio meio jornalístico diz de si, tematizando sua prática e seu lugar no campo midiático. Diferentemente de uma reportagem, que apresenta notícias externas, essas sequências se voltam à enunciação do próprio funcionamento do jornalismo alternativo, indicando as condições de produção que sustentam a forma como esse sujeito coletivo se posiciona diante da linguagem, da verdade e da relação com os leitores. Trata-se, portanto, de recortes em que o discurso se apresenta como projeto, como modo de inscrição em uma rede de sentidos e como tentativa de organizar a circulação do que pode ser dito.

A noção de sequência discursiva, definida por Courtine (1981:25) como ‘sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase’, **é fluida o suficiente para viabilizar a apreensão das formulações discursivas** (fds), ou seja, de sequências linguísticas nucleares, cujas realizações representam, no fio do discurso (ou intradiscurso), o retorno da memória (a repetibilidade que sustenta o interdiscurso). (Mariani 1998, p. 53, negritos meus).

A delimitação do *corpus* baseou-se na pertinência analítica das sequências para a problematização proposta, não buscando representatividade quantitativa, mas sim densidade discursiva. A aba selecionada convoca o leitor a tornar-se fonte, orientando detalhadamente como realizar denúncias de interesse público, o que pressupõe uma tomada de posição diante do que deve circular como informação. Ao mesmo tempo em que enuncia procedimentos técnicos e protocolos de segurança, o texto reinscreve uma memória de enfrentamento — ao retomar casos como o de *Edward Snowden* e a *Vaza Jato* — e afirma o engajamento do veículo com causas que tensionam o poder institucionalizado. Esse dizer sobre si inscreve o *Intercept* em uma formação discursiva² que se constrói em oposição ao modelo hegemônico de jornalismo, recusando a transparência como evidência e deslocando o lugar da autoridade no processo de produção de sentidos.

Sobre memória discursiva, Pêcheux (1995) afirma que

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, **vem restabelecer os implícitos** (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos e etc.) **de que sua leitura necessita**: a condição do legível em relação ao próprio legível. (1995, p. 52, negritos meus).

² Aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc. (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Pêcheux propõe uma concepção de memória discursiva como funcionamento que torna possível a leitura de um texto, não por aquilo que nele está plenamente dito, mas pelo que o atravessa, sustentando sua legibilidade. Ao surgir como algo a ser lido, o texto se apresenta como acontecimento³ — no sentido da análise do discurso — e exige, para ser compreendido, a ativação de saberes anteriores, já ditos, que organizam o reconhecimento do que ali se diz. Esses saberes são os pré-construídos, os já ditos, os relatos e citações que configuram um interdiscurso necessário para a produção de sentidos. A memória discursiva, assim, não remete a um passado estático, mas a um movimento de atualização em que o legível se produz em relação a uma rede histórica de dizeres, tornando visível que a compreensão de um texto depende sempre do que o excede.

A escolha dessa aba nos permite observar o funcionamento de mecanismos discursivos que articulam memória, silenciamento e interpelação. Ao propor uma relação direta com o sujeito-leitor, convocado a agir e não apenas a receber informações, a mídia rompe com o modelo de transmissão de comunicação e desloca a própria definição do que é atual e relevante. O que passa a ser considerado digno de visibilidade não é aquilo que emerge espontaneamente, mas o que é trazido à cena por vozes historicamente desautorizadas, por informações ocultadas ou por denúncias silenciadas. Assim, o *corpus* selecionado se mostra produtivo para compreender como o jornalismo alternativo digital participa das disputas simbólicas sobre o presente, não apenas dizendo, mas instituindo modos outros de dizer.

5. Disputas de memória, visibilidade e interpelação do sujeito-leitor

O discurso jornalístico tradicional, ao longo do tempo, consolidou modos de narrar que organizam a visibilidade pública por meio de operações que silenciam determinados sujeitos e reiteram certas filiações. Nessa lógica, o que se apresenta como dado de interesse coletivo é atravessado por filtros discursivos que excluem vozes dissonantes, ou ainda que o discurso outro compareça, o jornalismo hegemônico mantém a centralidade de perspectivas já autorizadas. A linguagem que sustenta esse

³ O encontro de uma atualidade e uma memória, que desestabiliza o que está posto e provoca um novo vir a ser, reorganizando o espaço da memória que o acontecimento convoca. (PÊCHEUX, 2002, p.17).

funcionamento se ancora em um efeito de evidência: aquilo que se diz aparece como natural, como se não tivesse sido produzido por filiações ideológicas e discursivas. Desse forma, determinados modos de existência, experiências e saberes são sistematicamente apagados, ao mesmo tempo que outros são reiteradamente colocados em circulação como representações legítimas da realidade social.

O jornalismo alternativo digital, ao tensionar esse funcionamento, produz deslocamentos importantes na administração dos sentidos. Ao assumir lugares de enunciação marcados pelo dissenso, esses discursos colocam em circulação memórias que haviam sido interdidas ou que permaneciam à margem do dizível. Trata-se de um funcionamento que não busca instaurar uma verdade única, mas propor outras formas de significar, reinscrevendo sentidos que, embora historicamente produzidos, foram desqualificados. Nessa disputa, o que está em jogo não é apenas o conteúdo das informações, mas o próprio direito de dizer, de fazer circular nomes, experiências e leituras que confrontam as regularidades do discurso dominante.

É nesse movimento que se intensificam os efeitos de interpelação. Ao se dirigir a sujeitos que historicamente foram excluídos da cena midiática, o jornalismo alternativo rompe com a lógica do destinatário universal, convocando um leitor situado, implicado, frequentemente pertencente a grupos que, no discurso tradicional, aparecem apenas como objeto de relato ou estatística. Essa interpelação não opera apenas na dimensão do conteúdo, mas na forma mesma do dizer: há uma convocação que envolve pertencimento, urgência, engajamento. O sujeito não é apenas informado, ele é implicado — e é nesse laço que o discurso se reconfigura. A autoridade não está mais ancorada em uma posição de distanciamento, mas em uma forma de envolvimento discursivo que rompe com o regime de enunciação de um outro modo de fazer jornalismo.

Essas disputas — de memória, de visibilidade e de interpelação — não se resolvem na oposição simples entre o tradicional e o alternativo. O que se observa é um campo em movimento, onde os sentidos circulam sob formas diversas de controle e resistência. Ao reinscrever o que foi silenciado, o jornalismo alternativo não apenas amplia o que se torna público, mas também desloca as formas pelas quais o público é constituído discursivamente. Interrogar essas formas de dizer é compreender que o presente não está dado, ele é constantemente atravessado por embates simbólicos que configuram o que pode ser visto, ouvido e nomeado. Nessa materialidade, o discurso funciona como lugar de disputa sobre a própria possibilidade de existir discursivamente.

6. Um pouco de análise

A seleção das cinco sequências discursivas (doravante, SD's) abaixo retiradas da aba *Seja nossa fonte*, foi orientada por critérios discursivos que visam observar o funcionamento do discurso jornalístico alternativo digital na constituição dos modos de se dizer. As SD's escolhidas materializam enunciados em que o meio de comunicação enuncia sua posição no campo midiático e convoca sujeitos a participar da produção de sentidos sobre o que é público, relevante e digno de circular. Esse foi o primeiro critério de seleção: o da materialização do dizer de si, ou seja, o recorte de formulações que indicam o posicionamento discursivo do *Intercept* como sujeito que se inscreve contra a lógica hegemônica da imprensa tradicional.

O segundo critério utilizado foi a produção de interpelação. Foram selecionadas SD's em que o leitor é diretamente interpelado, não como destinatário genérico da informação, mas como sujeito implicado nos conflitos e decisões que envolvem tornar algo público. Essas interpelações mobilizam sentidos vinculados à responsabilidade ética, à denúncia de injustiças e à necessidade de ação diante de situações que ameaçam o interesse coletivo. O leitor é chamado a agir, a denunciar, a assumir riscos — ou seja, a tomar parte nos sentidos que circulam. Essas formas de interpelação colocam em funcionamento outras relações entre leitor, fonte e meio jornalístico, distanciando-se da lógica tradicional da passividade informacional.

Um terceiro critério diz respeito ao funcionamento contra-hegemônico dessas SD's. Foram priorizados enunciados que tensionam os modos consagrados de circulação da informação. A evocação de casos como *Edward Snowden* e a *Vaza Jato* reinscreve o *Intercept* em uma memória discursiva de enfrentamento às estruturas de poder, e contribui para a constituição de um lugar de denúncia, de risco e de proteção das fontes. As SD's escolhidas se inscrevem, portanto, em uma formação discursiva que se constitui pela oposição a um modelo de jornalismo centrado na autoridade institucionalizada e no apagamento das marcas de enunciação.

O quarto critério adotado foi a densidade discursiva, entendida como a capacidade dos enunciados de condensar múltiplos efeitos de sentido, articulando memória, posicionamento político, relação com o público e modos de visibilidade. As SD's selecionadas operam como formulações que explicitam disputas simbólicas em torno do

que pode e deve ser dito, e de quem tem o direito de enunciar. Por fim, também foi considerado o critério da reinscrição de memórias e filiações, na medida em que essas SD's reatualizam sentidos silenciados, ativam formas de resistência e confrontam os limites impostos pelo discurso da grande imprensa. Essas escolhas permitem observar, em suas materialidades, como o jornalismo alternativo não apenas informa, mas intervém discursivamente na constituição do presente.

SD1. Um dos princípios fundadores do Intercept é que **a denúncia é vital para responsabilizar instituições de poder**. (Intercept Brasil, *Seja nossa fonte*, negritos nossos).

A SD1 explicita um princípio político-discursivo que estrutura o funcionamento do *Intercept Brasil*, ao afirmar que a denúncia não é apenas uma fonte entre outras, mas um fundamento da prática jornalística desse veículo. O enunciado funciona como uma forma de dizer de si que se afasta do modelo tradicional, baseado na seleção de informações tidas como objetivamente relevantes. Aqui, o *Intercept* se constitui discursivamente como sujeito posicionado, inscrito em uma formação discursiva que se define pela ruptura com o consenso e pelo enfrentamento das instituições de poder. Ao eleger a denúncia como vital, esse dizer organiza uma memória de resistência, recupera filiações que historicamente confrontaram formas de dominação e se inscreve num campo discursivo que articula visibilidade e conflito.

Além disso, a SD1 mobiliza um modo particular de dizer o presente, centrado não no que se mostra espontaneamente, mas no que precisa ser exposto. Ao invés de tomar como ponto de partida uma suposta evidência da atualidade, o enunciado sustenta que o que merece circular é justamente aquilo que foi silenciado, ocultado ou institucionalmente acobertado. Isso desloca a centralidade da narrativa jornalística: o valor informativo não reside no imediato ou no que já está posto como público, mas naquilo que precisa ser trazido à cena por meio da denúncia. Trata-se de um outro modo de organizar o sensível, em que a produção de sentido se dá em confronto com o que é legitimado pelos discursos dominantes.

A produção de visibilidade pública aqui não se apoia na autoridade conferida pela proximidade com as instituições estatais ou corporativas, mas na articulação com sujeitos que denunciam aquilo que essas instituições buscam manter invisível. A denúncia, nesse enunciado, aparece não como exceção, mas como condição de possibilidade para

responsabilizar o poder. Isso confere à SD1 uma densidade discursiva importante: ela reúne o dizer de si, a definição de um princípio político, a atualização de uma memória e a interpelação a um sujeito coletivo que se posiciona frente ao que deve circular. O funcionamento contra-hegemônico dessa formulação não está apenas no conteúdo, mas no modo como ela desestabiliza os critérios do que é considerado legítimo nos discursos informacionais. Assim, essa SD coloca em funcionamento uma política do discurso que torna visível não apenas o que se denuncia, mas o próprio direito de enunciar a partir de outras filiações.

SD2. Nossa história mostra: **se tem algum veículo no país que tem compromisso com informações confidenciais e com a segurança de fontes, esse veículo é o Intercept.** (Intercept Brasil, *Seja nossa fonte*, negritos nossos).

A SD2 constitui uma formulação em que o *Intercept Brasil* reafirma discursivamente seu lugar de autoridade no campo jornalístico, mas não qualquer autoridade: trata-se de um lugar construído a partir da diferença, do deslocamento em relação ao funcionamento hegemônico da imprensa tradicional. Ao declarar que *nossa história mostra*, o sujeito do enunciado convoca uma memória que legitima sua prática, estabelecendo uma relação de continuidade entre o que foi feito (as reportagens, os riscos assumidos, a proteção das fontes) e o que ainda se promete fazer. Trata-se de um modo de dizer de si que se ancora na história como fonte de legitimidade, reposicionando o veículo como o único, entre os demais no país, que assumiria verdadeiramente o compromisso com a segurança e confidencialidade — valores centrais para sujeitos em posição de risco.

Essa formulação opera por oposição implícita, ao marcar que se tem algum veículo confiável/seguro é o *Intercept*. A estrutura condicional constrói uma exclusividade que não precisa nomear diretamente os demais, mas produz um contraste com o modelo tradicional de jornalismo, ao alinhamento com interesses institucionais e à precarização das garantias de sigilo. O *Intercept*, nesse dizer, se apresenta como exceção crítica, como sujeito coletivo que rompe com práticas recorrentes da grande mídia. Com isso, institui um lugar de resistência e proteção, marcado pela *coragem* e pela *responsabilidade*, que reforça o vínculo ético-político com sujeitos que vivem sob ameaça e com saberes que são interditados pela lógica dominante da circulação informacional.

A densidade discursiva da SD2 reside no modo como ela articula memória, posicionamento e identidade discursiva. Ao recorrer à sua própria história como argumento, o veículo atualiza sentidos vinculados à *Vaza Jato*, a *Edward Snowden* e a outras experiências de enfrentamento ao poder. Essas referências não aparecem diretamente, mas são mobilizadas como memória discursiva compartilhada, convocando o leitor a reconhecer — ou ao menos supor — a legitimidade que sustenta essa autoridade diferenciada. O enunciado também interpela sujeitos que desejam denunciar, oferecendo não apenas um canal técnico, mas um espaço simbólico de acolhimento e de compromisso ético. A proteção da fonte, nesse funcionamento, não é um detalhe procedimental: é parte constitutiva do modo como o *Intercept* organiza sua prática e se posiciona frente às disputas de sentido no espaço público.

SD3. Esperamos que sim. **Se você sabe de qualquer comportamento que acredita ser antiético**, ilegal ou prejudicial ao interesse público – seja em governos ou na iniciativa privada –, **compartilhe agora mesmo conosco**. (*Intercept Brasil, Seja nossa fonte*, negritos nossos).

A SD3 constitui uma interpelação direta ao sujeito-leitor, que é convocado a ocupar uma posição discursiva não mais passiva, mas ativa e implicada na produção de informações que afetam o interesse coletivo. Ao iniciar com *Esperamos que sim*, o enunciado assume um tom dialógico e engajado, sugerindo que há uma expectativa em relação à ação do leitor — ele não apenas poderia, mas deveria ter algo a compartilhar. Essa construção discursiva rompe com o modelo tradicional de comunicação unidirecional, em que o jornalismo informa e o público consome. Aqui, o leitor é interpelado como sujeito que detém saberes e experiências que, ao serem colocados em circulação, podem produzir efeitos políticos e simbólicos relevantes.

A formulação *compartilhe agora mesmo conosco* intensifica esse chamado à ação imediata, reforçando a urgência e o valor do que está em jogo. A menção a comportamentos *antiéticos, ilegais ou prejudiciais ao interesse público* articula a denúncia a uma responsabilidade moral e política, deslocando a noção de informação para o campo da participação ativa na esfera pública. O enunciado mobiliza sentidos de justiça, compromisso e enfrentamento, deslocando o eixo da informação jornalística de um relato objetivo para uma construção coletiva de visibilidade. Assim, essa SD inscreve o leitor como agente de um processo discursivo que desafia as formas estabelecidas de controle

e silenciamento, especialmente em contextos marcados por abusos institucionais e desigualdade de poder.

Além disso, ao explicitar que a denúncia pode envolver tanto governos quanto a iniciativa privada, o enunciado expande o campo do dizível e amplia os alvos possíveis da responsabilização. Essa generalização não dilui o foco, mas reafirma a posição contra-hegemônica do veículo, que se propõe a fiscalizar todas as formas de poder que atuam sobre o espaço social. A densidade discursiva dessa SD está justamente na maneira como ela articula interpelação, posicionamento ético, convite à ação e deslocamento da autoridade discursiva: não se trata de falar sobre o outro, mas de convocar o outro a falar — e a fazer circular o que foi silenciado. Nesse funcionamento, o *Intercept* se posiciona não apenas como mediador, mas como parceiro discursivo de sujeitos historicamente excluídos da produção dos sentidos sobre o presente.

SD4. Em geral, procuramos histórias inéditas, **que representem um problema sistêmico** – e não individual – e **ajudem a responsabilizar os poderosos**. (*Intercept Brasil, Seja nossa fonte*, negritos nossos).

A SD4 enuncia com clareza uma escolha editorial que recusa o modelo narrativo centrado em episódios isolados, figuras individuais ou escândalos pontuais, características frequentemente exploradas pelo discurso jornalístico dominante. Ao afirmar que o foco está em *problemas sistêmicos*, o *Intercept Brasil* desloca o centro da visibilidade jornalística para os mecanismos estruturais que sustentam desigualdades, abusos de poder e injustiças naturalizadas, em detrimento de narrativas que personalizam conflitos e ocultam suas condições de produção. Esse recorte sustenta um posicionamento político-discursivo que rejeita a espetacularização da notícia e se inscreve numa filiação crítica, interessada na exposição dos modos de funcionamento dos poderes institucionais e econômicos.

Esse dizer também materializa um modo de narrar que reafirma o engajamento com causas coletivas e a recusa da lógica de individualização da responsabilidade. Ao buscar histórias que *ajudem a responsabilizar os poderosos*, o enunciado opera uma inversão em relação ao discurso hegemônico, que frequentemente individualiza a culpa em sujeitos isolados — muitas vezes marginalizados — enquanto preserva a invisibilidade das estruturas que os produzem como culpados. A formulação desloca os efeitos de sentido da denúncia do nível particular para o nível sistêmico, o que implica uma redefinição do que merece ser dito, investigado e tornado público. Assim, a SD4

participa ativamente das disputas por visibilidade e memória, reposicionando o jornalismo alternativo como um lugar de resistência aos apagamentos operados pelas grandes corporações de mídia.

A densidade discursiva da SD4 está também no seu efeito de delimitação: ela estabelece critérios para o que será acolhido como digno de circulação, o que não apenas organiza o funcionamento interno do meio jornalístico, mas também projeta para o público uma expectativa quanto ao tipo de discurso possível e legítimo ali. Ao mesmo tempo em que recusa a personalização dos conflitos, o enunciado reinscreve o leitor em uma lógica de ação política, em que denunciar passa a significar colaborar com o desvelamento de estruturas de dominação e não apenas relatar injustiças pontuais. Nessa lógica, o *Intercept* reafirma sua filiação a um discurso que compreende o presente como atravessado por relações de poder que exigem interpretação, responsabilização e ruptura — e não apenas descrição.

SD5. Tornar-se uma fonte envolve riscos, mas, às vezes, **é a coisa certa a fazer**. (*Intercept Brasil, Seja nossa fonte*, negritos nossos).

A SD5 inscreve um funcionamento discursivo no qual a denúncia não é apresentada como ato técnico, mas como decisão ética e politicamente situada. Ao afirmar que *envolve riscos*, o enunciado retira a denúncia do campo da normalidade institucional e a reinscreve em um cenário de conflito, em que dizer pode ter consequências pessoais graves. Com isso, o *Intercept Brasil* não apenas reconhece os limites do discurso jornalístico enquanto prática, mas também torna visível a materialidade das condições de produção do dizer em contextos autoritários ou violentos. O risco, nesse caso, não é um obstáculo acidental, mas um componente constitutivo do processo de tornar algo público — o que já diz muito sobre o que se está tentando narrar.

Ao enunciar que, *às vezes, é a coisa certa a fazer*, a sequência produz uma forma de interpelação marcada pela dimensão do dever ético e da ação coletiva. Não se trata apenas de informar ou de agir por interesse próprio, mas de intervir em nome de algo que excede o sujeito individual: o interesse público, a responsabilização institucional, a justiça social. O sujeito convocado aqui não é passivo nem protegido por estruturas institucionais — é um sujeito que age apesar do risco, reconhecendo que há algo maior que justifica a ação. Com isso, o enunciado institui um sujeito ético-discursivo que confronta o poder por meio da fala, mesmo quando essa fala pode ser punida. Há, nesse funcionamento, uma convocação à coragem como elemento constituinte do ato de dizer.

Essa SD condensa com força a lógica contra-hegemônica que atravessa todo o discurso do *Intercept*. Ao invés de esconder os riscos do ato de denúncia sob uma promessa de proteção absoluta, o veículo os assume e, ao fazê-lo, valoriza politicamente o gesto de falar sob ameaça. Esse dizer reforça uma filiação discursiva que opera nos limites da visibilidade, nos interstícios entre o silêncio imposto e a enunciação arriscada. Produzir sentidos nesse campo é, portanto, não apenas transmitir informações, mas desestabilizar o que se tentou calar, enfrentando as forças que mantêm certos discursos interditados. Assim, a SD5 contribui decisivamente para a constituição de um modo de dizer em que a exposição de estruturas de dominação se faz por meio de vozes que assumem, com consciência e implicação, o risco de se fazerem ouvir.

As cinco sequências discursivas (SD's) analisadas compartilham regularidades que dizem de um funcionamento discursivo em disputa por sentidos. Em primeiro lugar, todas essas SD's operam um movimento de dizer de si, em que o veículo se enuncia como sujeito posicionado, implicado em causas coletivas e engajado na desestabilização de formas hegemônicas de silenciamento. Longe de se apresentar como instância neutra ou desinteressada, o *Intercept* constrói, nessas formulações, uma posição de enfrentamento, responsabilidade e ruptura, que se ancora tanto em sua memória institucional quanto em seus compromissos discursivos (reafirmando-os). Essas posições só se tornam legíveis porque se inscrevem em uma formação discursiva que confronta os modos consagrados de significar o presente.

Outro ponto em comum diz respeito à interpelação direta do leitor, que é convocado a ocupar uma posição ativa no processo de produção dos sentidos. A figura do leitor-consumidor é deslocada e dá lugar a um sujeito implicado, instado a compartilhar informações, assumir riscos e colaborar com a construção de uma visibilidade que confronte o poder. Essa interpelação não se dá em abstrato, mas sempre vinculada a elementos de natureza ética, política e coletiva. Os enunciados trabalham com a ideia de participação ativa na vida pública, convocando sujeitos que não apenas detêm saberes silenciados, mas que também são afetados pelas estruturas que esses saberes denunciam. Esses modos de interpelação também se sustentam em uma formação discursiva que redefine quem pode dizer e o que pode ser dito, deslocando o leitor do lugar passivo instituído pelo discurso dominante.

Além disso, essas SD's constroem uma forma de dizer que recusa o efeito de neutralidade e explicita os conflitos que estruturam o campo da informação. O foco está

naquilo que é mantido sob controle discursivo pelas instituições, e não no que já circula como dado evidente. Por isso, a visibilidade é sempre apresentada como resultado de uma luta simbólica — e o presente, como um campo em disputa. O que essas SD's reiteram, sob diferentes formulações, é a necessidade de romper com a lógica da notícia episódica, da narrativa personalista e do sensacionalismo, inscrevendo-se, ao contrário, na denúncia de práticas sistêmicas e na responsabilização de estruturas. O funcionamento dessas SD's se ancora em uma formação discursiva que rompe com a evidência dos fatos como algo dado e organiza sentidos sob outras condições de produção.

Por fim, as cinco sequências compartilham uma mesma filiação discursiva, que tensiona os modos tradicionais de produção e circulação da informação e reinscreve sentidos historicamente apagados. A memória da denúncia, o compromisso com a confidencialidade, a responsabilização dos poderosos e a ética da implicação coletiva são marcas recorrentes que atravessam essas formulações. Juntas, elas tornam visível um projeto discursivo que disputa o direito de dizer por meio de outras vozes, outras filiações e outros modos de escuta. Essa disputa é possível porque os enunciados analisados se inscrevem em uma formação discursiva que não apenas se opõe à dominante, mas que estabelece outras regras de reconhecimento, visibilidade e legitimidade dos sentidos em circulação. É nesse funcionamento que o jornalismo alternativo digital, como o praticado pelo *Intercept*, se afirma como prática política e discursiva de resistência.

7. Efeitos de conclusão

As análises desenvolvidas ao longo deste artigo permitiram compreender o dizer de si do jornalismo alternativo digital, o que é praticado pelo *Intercept Brasil*, este opera deslocamentos fundamentais nos modos de dizer o presente. Diferente do jornalismo tradicional, que sustenta sua legitimidade por meio de um efeito de transparência e pela reprodução de uma posição autorizada de mediação, o discurso do *Intercept* tensiona essas formas consolidadas de enunciação ao colocar em funcionamento sentidos ancorados na implicação política, na memória de enfrentamento e na recusa da homogeneização dos saberes. O presente, nesse funcionamento, não está dado — ele é construído discursivamente como campo de disputa, no qual se reinscrevem vozes, experiências e denúncias historicamente interdidas. A possibilidade de significar esse presente de forma distinta está ligada à inscrição dessas práticas discursivas em uma formação discursiva que rompe com os modos hegemônicos de narrar a atualidade.

As cinco sequências discursivas selecionadas permitem observar a constituição de um sujeito coletivo que se diz a partir da diferença, do dissenso e do compromisso com a visibilidade do que foi silenciado. Trata-se de um dizer que desloca o foco da informação neutra para a responsabilidade discursiva diante do que deve circular como de interesse público. Ao tornar públicas suas próprias filiações e ao convocar o leitor a agir, o *Intercept* rompe com a lógica da passividade e da autoridade desmarcada. O leitor é interpelado como fonte, como agente de denúncia, como parte constituinte da produção dos sentidos. Nesse funcionamento, o jornalismo alternativo não apenas contesta os modos de narrar da grande mídia, mas reposiciona os termos a partir dos quais a atualidade pode ser significada. Trata-se de um funcionamento que desloca o regime dominante de produção de sentidos, reinscrevendo as condições de enunciação em uma formação discursiva marcada pela ruptura com a transparência e com os consensos estabilizados.

Ao afirmar-se como espaço para o compartilhamento de saberes interditados e como parceiro discursivo de sujeitos em situação de vulnerabilidade, o *Intercept* reinscreve sentidos outros sobre o que merece circular e ser reconhecido publicamente. Em vez de reproduzir a lógica da exposição pelo escândalo, suas formulações colocam em cena problemas sistêmicos, confrontos ideológicos e relações de poder que atravessam o campo social. O dizer se organiza como gesto político, como deslocamento das regularidades discursivas e como reconfiguração das formas de visibilidade. Ao se dizer assim, o jornalismo alternativo não apenas se apresenta como outra voz, mas como outro modo de instituir o que se entende por presente. Essa instituição não ocorre fora da história ou da ideologia (efeitos produzidos pelo jornalismo hegemônico): ela se organiza a partir das posições de sujeito e dos sentidos disponíveis em uma formação discursiva que tensiona os critérios tradicionais de reconhecimento, autoridade e legitimidade.

Em lugar de apenas apontar os limites do jornalismo da grande imprensa, essas sequências formulam uma proposta discursiva em que o presente não é construído pela autoridade do enunciador institucionalizado, mas pela articulação entre memória, denúncia e engajamento. O que se coloca em circulação são modos de habitar o discurso. Ao reinscrever sujeitos, reorganizar filiações e convocar à participação ativa, esse jornalismo não apenas diz o presente: ele contribui para reconfigurar os modos pelos quais o presente pode ser dito.

Referências

MARIANI, B. Sentidos de Subjetividade: Imprensa e Psicanálise. In: *Polifonia*, [S. l.], v. 12, n. 12(1), 2006. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1078>. Acesso em: 17 de maio de 2025.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais*. Campinas, Rio de Janeiro: Revan & Ed. da Unicamp, 1998.

MARIANI, Bethania. Os primórdios da Imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni P. (org.) *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. São Paulo, Pontes: 1993.

O INTERCEPT BRASIL QUER RECEBER SUAS DENÚNCIAS. *Intercept Brasil*. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/fontes/>. Acessado em 15 de maio de 2025.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso - Estrutura ou acontecimento*. 3 ed. Campinas, Pontes, 2002, p.17.